CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 150/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;

- Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975;

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, que institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho do Município de São Paulo, e dá outras providências, com alteração (REVOGADA);

- Lei Municipal nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003, que á nova redação a dispositivos da Lei nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, que institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho e dá outras providências, bem como altera sua denominação para Programa Operação Trabalho. (CITADA NO PROJETO – VIDE OBSERVAÇÃO)

- Lei Municipal nº 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 18.064, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a criação, no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação – QPE, de cargos de Professor de Educação Infantil, da Classe dos Docentes, da carreira do Magistério Municipal; consolida a Estratégia Municipal de Inclusão Profissional Assistida do Município de São Paulo; altera a Lei nº 15.838, de 2013; revoga as Leis nº 13.178, de 17 de setembro de 2001 (POT), nº 13.841, de 7 de junho de 2004 (BT), e o art. 44 da Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020.

- Decreto Municipal nº 58.760, de 20 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, na qual se insere o Programa Redenção, bem como organiza o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica - SIAT no Município de São Paulo.

- PL 550/20, que institui o Programa de Acesso a Empregos (PAE) decorrente de parcerias entre casas de recuperação, entidade e órgãos públicos e privados para fins de acesso a empregos, e dá outras providências.

- PL 452/22, que dispõe sobre a criação do Centro Integrado de Transformação de Vidas - CIT Vidas, e dá outras, providências

O Setor de Pesquisa constatou que a Lei Municipal nº 18.064/23 revogou totalmente a Lei Municipal nº 13.178/01, alterada pela Lei Municipal nº 13.689/03. Além disso,

Matéria DSP 5353/2026. Documento assinado digitalmente por JULIANA DE MELO TRINDADE SILVA em 10/04/2026 e juntado ao PL 150/2026 por Juliana de Melo Trindade Silva. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=725480.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

observamos que dispositivo similar ao que se pretende alterar está contido no art. 9º da Lei Municipal nº 18.064/23.

Por fim, salientamos que na Lei Municipal nº 18.064/23, com a regulamentação conferida pelo Decreto Municipal nº 58.760/19, há previsão de Programa de Emprego, que conforme art. 2º do referido Decreto, tem 'a finalidade de promover atenção à saúde, reinserção social e capacitação laboral de indivíduos que façam uso abusivo de álcool e outras drogas e estejam em situação de vulnerabilidade ou risco social, com vista a garantir sua autonomia, seu direito à saúde, à proteção, à vida e à sua singularidade'.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 04 de agosto de 2025.

Juliana Trindade
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 5353/2026. Documento assinado digitalmente por JULIANA DE MELO TRINDADE SILVA em 10/04/2026 e juntado ao PL 150/2026 por Juliana de Melo Trindade Silva. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=725480.